

# AÇÕES DO GOVERNO PERNAMBUCANO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE 1850 E 1889<sup>11</sup>

Ramon de Oliveira  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
ramono@elogica.com.br

Adriana Maria Paulo Silva  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
adrianampsilva@gmail.com

## Resumo

Analisa-se os mecanismos de educação profissional desencadeados por parte do Estado visando atender às necessidades da economia pernambucana, entre 1850 e 1889. Destaca-se que embora o processo de industrialização tenha sido muito lento e não tenha havido a necessidade da ação do poder público de forma a garantir uma mão-de-obra adequada a novas necessidades, foi possível constatar a presença de um discurso em defesa de maior investimento em educação, bem como o interesse em construir espaços voltados ao processo de instrução profissional. Constata-se que predominava uma visão de formação profissional como algo voltado aos setores marginalizados socialmente. Não à toa, os espaços de formação profissional terminaram por ser aqueles que abrigavam os órfãos. A ausência de ações específicas do poder público não pode ser confundida com a inexistência do debate e da aprovação de leis visando à construção de escolas profissionalizantes. Nesse sentido, observa-se que, embora não tenha sido colocada em funcionamento, houve a aprovação de uma escola industrial, bem como de uma escola agrícola. A escola comercial funcionou, mas não conseguiu prosperar em suas atividades.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Pernambuco; História da Educação; Século XIX.

---

<sup>11</sup> Esta Pesquisa foi financiada com recursos do CNPq.

# PERNAMBUCO'S GOVERNMENT ACTIONS IN PROFESSIONAL EDUCATION BETWEEN 1850 E 1889

Ramon de Oliveira  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
ramono@elogica.com.br

Adriana Maria Paulo Silva  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
adrianampsilva@gmail.com

## Abstract

It is analyzed the professional education mechanism triggered off by the State aiming to care for Pernambuco's economical necessities, between 1850 and 1889. We highlight that even so the industrialization process had been slow and that it had not been necessary the public power action in order to make sure adequate labour to new necessities, it was possible to observe the presence of a discourse that leaned towards a higher investment in education, as well as the interest in constructing spaces projected to attend to the professional instruction process. We have found that predominated a view of professional formation as something thought to less privileged sectors of society. It is not by chance that the spaces of professional formation ended up been those that shattered the orphans. The privation of specific actions from public power cannot be misunderstood with the inexistence of debate and even approbations of laws intending the building of professionalizing schools. Thus, we have found that, although it had not been opened, there had been the approbation of a industrial schools, and also of a rural school. The commercial started to work but did not achieve success in its activities.

**Key-words:** Professional Education; Pernambuco; Education History; XIX Century

## Introdução

Este artigo aborda um dos itens de uma pesquisa maior cujo objetivo foi analisar o surgimento e o perfil das demandas por qualificação profissional de empregadores e trabalhadores do Recife *pari passu* à oferta de serviços para o aprendizado de ofícios específicos, a partir da segunda metade do século XIX, tempo do início do processo de urbanização e ampliação da oferta de bens e serviços na cidade.

O interesse pela temática decorreu da percepção de que as discussões a respeito da educação profissional vêm ocupando, nesses últimos anos, posição de destaque nos estudos referentes à relação entre escola e mundo do trabalho. No entanto, não encontramos trabalhos que se direcionem para a compreensão de períodos anteriores da sociedade brasileira, especialmente os que abarcam os momentos iniciais da sua urbanização. Especificamente nesse texto discute-se os mecanismos de educação profissional desencadados pelo Estado naquele período visando atender às necessidades da economia e da urbanização recifense.

A partir de uma diálogo com uma literatura pertinente foram utilizados como principais fontes os Relatórios dos Presidentes de Província (RPP), disponibilizados no site da Universidade de Chicago. Através dessa documentação foi possível o levantamento dos discursos e práticas dos Presidentes da Província sobre o processo de formação para o trabalho e a oferta de educação básica. Identificou-se a existência de algum discurso estatal sobre a educação e qualificação dos trabalhadores no Recife e sua possível articulação a ações de investimento e oferecimento de serviços educacionais direcionados para o aprendizado de ofícios específicos.

Além dessa documentação também foram inclusos na investigação: Códices da Câmara do Recife (com documentos enviados ao presidente da província); Legislação Provincial de Pernambuco; Coleções de Petições (correspondências enviadas ao presidente da província, petições da agroindústria açucareira, do comércio, das companhias diversas, das fábricas, dos sindicatos e sociedades diversas, das associações beneficentes, dos assuntos eclesiásticos, das escolas particulares, dos populares e dos professores públicos); Comissões Diversas II. Toda a documentação consultada está disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

## **Relatos da pesquisa**

Antes de direcionarmos nossa atenção para o que estava ocorrendo na província de Pernambuco no campo da educação profissional, necessário se faz desenvolver algumas considerações sobre o quadro econômico dessa província na segunda metade do século XIX.

Segundo Percucci (1978) até por volta de 1860 inexistiam indústrias em Pernambuco, ainda que Singer (1977) tenha destacado que alguns empreendimentos importantes da primeira metade do século XIX fracassaram.

De acordo com as informações contidas no Relatório do Presidente da Província Victor de Oliveira, datado de 9 de março de 1852, é possível perceber que nos anos iniciais da década de 1850 praticamente era inexistente a atividade fabril e ainda estava por consolidar-se a diversificação da atividade comercial, inclusive pela pequena produção de produtos manufaturados na própria província:

Para Perucci predominava nesse período a atividade econômica de produção de derivados de cana, a qual contava para sua concretização no ano de 1854 com cerca de 532 engenhos. No entanto, vinte anos mais tarde, havia pelo menos 14 fábricas a mais. É tão verdade que o processo de industrialização só veio a se estabelecer no final do século XIX que, de acordo com o próprio Gadiel Perruci, ao final do século, o estado de Pernambuco já apresentava 113 empresas industriais instaladas, sendo: 56 ligadas ao extrativismo de produtos mineiros, 1 metalúrgica, 2 de transformação de minerais não metálicos, 1 de produção de óleo e gorduras vegetais, 4 empresas químicas e/ou farmacêuticas, 1 de roupa e calçados, 31 de produtos alimentícios, 2 de bebidas, 1 de produção e distribuição de eletricidade e gás e 1 de abastecimento de água e esgoto.

Os dados apresentados por Gadiel Perruci, provavelmente usando como referência as informações apresentadas no Relatório do Presidente da Província de 1854, estão muito aquém daqueles registrados por Peter Eisenberg, em seu livro: “Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910”. Segundo Eisenberg, com dados esmiuçados e quantificados em função das regiões da província de Pernambuco, até o ano de 1850 registrava-se nela cerca de 1356 engenhos e tendo alcançado até o ano de 1900, o quantitativo de 1530 engenhos. É interessante destacar que nesse intervalo de anos, por volta de 1890 registra-se o número de 1975 engenhos, evidenciando o fato de que mesmo a província pernambucana tendo sofrido

com a crise açucareira na segunda metade do século XIX, nunca deixou de ter o açúcar como produto principal de sua economia, o que nos ajuda a entender a pequena velocidade de sua industrialização.

Ter a produção açucareira como elemento central da sua economia determinou também que a província pernambucana sentisse no seu processo de industrialização as consequências diretas da modernização da indústria açucareira.

No momento que a indústria açucareira modernizou-se estabeleceu-se a necessidade de novos produtos, o que terminou por contribuir para a ampliação do número de indústrias existentes. Em outras palavras, assim como em São Paulo a produção cafeeira foi um elemento fundamental para o seu processo de industrialização, a produção do açúcar, a partir do momento que se modernizou teve o mesmo papel.

A indústria do açúcar contribuiu para o aparecimento de indústrias em Recife ao: a) criar mercado para certos bens de produção, como cal, sacaria, veículos, etc.; b) ampliar o mercado de bens de consumo ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural, com a conseqüente expansão da economia de mercado em detrimento do Setor de Subsistência, c) expulsar do campo levas de trabalhadores que iriam constituir, em Recife, verdadeiro Exército Industrial de Reserva.

É provável que as fábricas de carroças, as fundições e a “exploradora de Produtos Calcários” contassem com usinas de açúcar entre seus principais clientes. Ainda em 1894, o principal produto da Cia. de Fiação e Tecidos de Pernambuco era pano para sacaria, destinado principalmente ao acondicionamento de açúcar e farinha de mandioca. A substituição da embalagem de açúcar em caixotes por sacos de algodão [...] foi fator decisivo no desenvolvimento industrial têxtil em Recife (SINGER, 1977, p. 307-308).

A partir dessas informações podemos nos direcionar à questão da educação profissional na província, destacando, segundo Celso Fonseca (FONSECA, 1986a), que elas começaram no período do Brasil - Colônia, onde coube ao Exército iniciar o ensino de ofícios com o “Trem”, local no qual se processava a aprendizagem das atividades manuais necessárias às demandas daquele arsenal. Na época, o ensino profissional associava-se à ideia de orfandade, pobreza, sofrimento e miséria, já que estava somente destinado à camada mais pobre da sociedade.

Registra-se que no Arsenal da Marinha os aprendizes poderiam ser adestrados nas artes de carpinteiro, calafate, carpina, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, funileiro, polieiro e canteiro. Com pretensões das lições criarem “artistas perfeitos e moralizados”.

Já no período correpondente à segunda metade do XIX era comum o reclamo da falta de recursos para um maior investimento na instrução pública na Província de Pernambuco. Em muitos dos relatórios dos Presidentes da Província destacava-se que nem existiam escolas em número suficiente para atender à população, nem se pagava aos professores o salário condizente com o seu trabalho.

O Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública do ano 1857 destacava o fato de que a província de Pernambuco, embora fosse reconhecidamente uma província de prestígio e tivesse uma população superior a outras províncias brasileiras, apresentava um quantitativo de escolas muito pequeno, sendo superado naquele momento pelas províncias de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e São Pedro. No entanto, São Paulo e São Pedro tinham uma população muito inferior à Pernambuco, o que deixava evidenciado o quanto o dispêndio da Província com a instrução pública primária era abaixo do ideal.

Números relativos à população em idade para ir à escola e o real atendimento demonstram o quanto a província de Pernambuco estava negligenciando a instrução primária. Vejamos esses números apresentados pelo próprio Diretor Geral da Instrução Pública, em 1861, Joaquim Pires Machado Portella.

Sem repetir os calculos que em outros relatorios tenho apresentado comparativos do numero de cadeiras em relação á população quer de outras provincias do imperio, quer de paizes estrangeiros, basta dizer que segundo o arrolamento enviado pelas autoridades policiaes do 1.º e 2.º districto da Victoria. existem 1742 meninos com a idade legal para a frequencia das escolas primarias; entretanto que havendo somente uma aula publica que foi frequentada por 107 alumnos, ficaram 1635 sem aprender, salvo alguns que tenham estado em escolas particulares, do que não tenho noticia official.

Recorrendo mesmo á uma freguezia em que haja duas escolas, como a de Ipojuca, vemos que segundo o arrolamento, existindo no 1.º e 2.º distictos, 1254 meninos, e tendo sido ambas as escolas frequentadas por 154 alumnos, 54 a da povoação de Ipojuca, e 95 a do O', ficaram 1100 meninos sem aprender, excepto igualmenle, alguns que estudassem particularmente, como è provavel, mas de que não tenho conhecimento official (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco – Anexo, 1861. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u635/>>).

Em 1864, o Presidente da Província. Domingos de Souza Leão solicitou à assembleia provincial que fosse destinado mais recursos para a instrução pública, pois se tornava cada vez mais evidente o quanto era pequeno o montante que a província

direcionava para a instrução primária. Para reforçar esses dados ele destacou que a população da província já era de quase um milhão de pessoas e contava com apenas 106 escolas, o que implicava que havia uma escola para cada 9500 almas.

Aprofundando seu argumento destacava que províncias com menor população e com menores recursos tinham uma relação escola/população maior que a província pernambucana. Citou com o exemplos, a província do Ceará que tinha 103 escolas, mas população muito menor e a da Parahyba, que embora tivesse a metade do número de escolas que a província de Pernambuco, tinha uma população correspondente a 1/5 de população pernambucana (*Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1864*. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u638/>)

Ao chegar o ano de 1875 a realidade não parecia ter modificado bastante, pois embora se destacasse que Pernambuco tinha a quarta maior quantidade de escolas, perdendo apenas para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, não detinha o mesmo posicionamento no referente ao gasto com a educação. Relata-se que a Província investia 1/5 da arrecadação na instrução pública, gasto em números relativos menor que Minas Gerais e Goiás que aplicavam 1/3 e menos também que Ceará, Espírito Santo e Santa Catharina que investiam cerca de ¼ de sua arrecadação (*Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1875*. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/690/>).

Se era reconhecida a debilidade da Província no investimento da instrução primária, não se deixava de reconhecer que havia a necessidade de ampliar o raio de intervenção do poder público no processo educativo, trazendo para o interior da sua responsabilidade também a instrução profissional.

Enquanto Diretor da Instrução pública, no ano de 1859, Joaquim Portella já cobrava por investimento na formação profissional:

O desenvolvimento do elemento industrial deve merecer muito disvelo em um país novo como o nosso. Entretanto, a exceção da despesa que fazem os cofres gerais com a aula de mecânica do Arsenal da Marinha e das oficinas do mesmo arsenal e do de Guerra, nada despense a província para o ensino industrial, quer agrícola quer comercial ou artístico. É verdade que anualmente vota-se o auxilio de 1:000 reis para uma associação particular de artistas e que o orçamento vigente destinou 3:000 reis para a criação de uma aula comercial decretada pela Lei nº.414, e 6:000 reis para a Escola Industrial, mas nenhuma dessas escolas foi ainda instituída. Os planos respectivos e projeto do regulamento acham-se por mim depositados na secretaria do Governo. (*Relatório dos Presidentes da Província de Pernambuco – 1859a*. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u632/>).

No relatório apresentado pelo mesmo Joaquim Portella, no ano de 1861, ele destacou o quanto se fazia necessário para a província a construção de escolas de formação profissional, em três setores da economia: o industrial, o comercial e o agrícola.

Para ele embora já existisse há alguns anos a concessão por parte da Assembleia Legislativa de uma subvenção à Associação dos Artistas, tais recursos eram de pouca monta e não davam conta das necessidades de construção de uma escola industrial de acordo com as necessidades da Província. Inclusive ele registra o fato de que o seu pedido não era sem sentido, uma vez que, já no ano de 1848 havia sido aprovada uma lei provincial de número 222 que autorizava a criação dessa escola. No entanto, ela nunca foi implantada.

No entanto o Diretor de Instrução Pública destacou o fato de que não era só no setor industrial que havia essa necessidade, chamando atenção ao fato de que o principal produto produzido pela Província (açúcar) poderia obter melhores resultados se fosse criada uma escola de agricultura. Inclusive o referido diretor destacou o fato de que já no ano de 1853, ele próprio foi autor de um projeto de criação de uma escola prática de agricultura.

No entanto ao chegarmos ao ano de 1863 muito pouco havia avançado para a construção de uma escola agrícola, a qual deveria vincular-se ao instituto agrícola. Segundo o Presidente da Província, João Silveira de Souza, muito havia a se ganhar caso tivesse se garantido o investimento para a construção desse instituto e, especificamente, dessa escola. No seu entendimento, ao se articular no âmbito de uma escola prática de agricultura, as matérias necessárias à formação de um agricultor, ganharia-se no melhoramento da lavoura, na economia e na administração dos estabelecimentos agrícolas e fazendas. Para ele, não faltavam modelos a serem seguidos, bastava olhar os exemplos advindos da Europa. (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1863. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/678/>).

Aos poucos fortaleceu-se uma corrente de pessoas vinculadas ao poder estatal defendendo a criação de uma escola agrícola. No ano de 1864, o Presidente da Província, Domingos de Souza Leão, fez uma longa defesa da importância da escola agrícola e não poupou argumentos para que houvesse por parte da Assembléia da Província a liberação de recursos que pudessem contribuir nesse sentido, ainda que o

próprio Vice-presidente, Domingos de Souza Leão, reconhecesse que os cofres públicos não tivessem capacidade de responder sozinho por esse investimento. Vejamos alguns trechos da solicitação do Presidente:

É sabido que, em regra, os nossos lavradores e os seus principaes agentes auxiliares, como feitores, administradores e outros, carecem de luzes sobre a sua profissão. As mais ligeiras noções da sciencia e arte agronomica lhes são desconhecidas; os methodos, as praticas mais aperfeiçoadas, ainda lhes são occultas. É a rotina que os dirige, e os domina completamente.

Nas nossas escolas não se diz uma palavra sobre a agricultura; a mocidade se applica aos estudos clássicos, á medicina, á jurisprudência, a qualquer outro ramo das sciencias, menos á aquisição de conhecimentos da industria agrícola e fabril. (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1864. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/679/>>).

Na continuidade de seu discurso observa-se que o Vice-presidente, não somente é menos enfático na defesa de uma escola agrícola, como também procura atenuar o impacto dessa obra nos gastos públicos, defendendo que a participação estatal no seu financiamento objective apenas auxiliar a sua construção e sua manutenção.

Não vos proponho desde já o ensino especial como fim de uma instrucção completa: a satisfação dessa necessidade virá mais de espaço e em tempos menos difficeis. Limito-me, pois, ao que me parece exequivel, isto é, a instituição de uma fazenda-modelo, que se dirija principalmente aos sentidos, e que pelo poder do exemplo promova o abandono dos methodos atrasados, e a introducção de systemas nacionaes, servindo de verdadeiro padrão da nossa agricultura, pelo qual possa cada cultivador modelar o que lhe pertence

[...]

Propondo-vos a criação de um engenho, ou fazenda-modelo, não tive em mente, que para ella exclusivamente concorressem os cofres provinciaes, no intuito de poupar-lhes maiores sacrificios, que lhes seriam penosos, visto que as despezas com a compra do terreno apropriado, da edificação, utensis e outros misteres de seu estabelecimento deverão ser crescidas. Desejando facilitar, e tornar praticável aquella Idea, que considero da maior importância, pareceu-me consegui-lo, pedindo-vos apenas a consignação annual de vinte ou trinta contos de réis, ou mais se assim o permittirem os recursos da nossa receita de auxiliar o Instituto agrícola, no caso de que julgue elle acertada semelhante criação (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1864. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/679/>>).

*Em 1865, o Presidente da Província, Antonio Borges Castello Branco, também reforça a importância da educação para o desenvolvimento econômico:*

O exemplo dos Estados Unidos prova que, em um país livre, a produção agrícola e industrial é em proporção dos progressos da educação. Se melhorarmos o operário, elle melhorará por força e multiplicará suas sobras; a sociedade ganhará tudo que ganha o indivíduo (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1865:14. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/680/>).

Já em 1866 o Presidente João Lustosa da Cunha Paranaguá é enfático no posicionamento pela criação de escolas profissionalizantes, destacando que as mesmas podem contribuir não só para a melhoria da economia, como também contribuem no aspecto moral.

Entre um povo como o nosso, habitando uma zona extensíssima de terras opulentas, e senhor dos mais ricos productos naturaes, é para deplorar que nada ou quasi nada se haja feito desde que nos emancipamos, para desviar as classes sociaes do pernicioso pendôr do funcionalismo e inclina-los ás artes úteis, aos officios de primeira necessidade, e sobretudo ao exercicio da agricultura, que deve ser naturalmente a nossa primeira fonte de riqueza.

Uma ou mais casas de educação que vós decretasseis neste sentido, além de proveito moral que trouxessem, poderiam augmentar consideravelmente as forças productivas da província e com ellas os recursos do Estado e dos individuos (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1866:30. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/681/>).

Registra-se no ano de 1871 uma posição muito mais elaborada em relação à formação profissional, especificamente a agrícola.

O Presidente da província Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque na seção do relatório referente à agricultura chama atenção ao fato de que “a lavoura é para Pernambuco, como para o Brasil, o que o sangue é para o corpo humano— o princípio vital do organismo” (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1871:35. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/686/>). Logo, é necessário ter cuidados especiais para que a produção agrícola não sofra perturbações que venham a prejudicá-la.

Para ele muitos problemas afetavam a agricultura, no entanto a falta de braços e a dificuldade de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre era um dos desafios da economia agrícola. Mas para o Presidente a solução não era apenas

encontrar uma nova força de trabalho disponível, o fundamental era o perfil dessa força de trabalho. E é exatamente quando se discute essa questão que aparece sua argumentação em defesa da criação de uma escola profissional agrícola.

As applicações da agronomia, como das sciencias naturaes, não se aprendem no gabinete, nem se alcançam em lições theoricas sem grandes e frequentes exercicios. A escola póde ensinar para saber-se ou ensinar para executar-se. No primeiro caso bastam as explicações e os livros, mas para executar é indispensavel a pratica em lugares especiaes, onde os preceitos da sciencia e os conselhos da experiencia se alliem na demonstração material dos seus resultados.

O ensino agricola exige, pois, como condição indispensavel um campo de observações e de exercicios frequentissimos.

Não póde haver função technica sem educação profissional, nem se comprehende a educação profissional sem escolas ou institutos.

(Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1871:37. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/686/000037.html> ).

Embora essa posição acima registrada atenha-se especificamente ao ensino agrícola é necessário destacar que o Presidente não defendia a instrução profissional apenas para a atividade agrícola. Em outra passagem ele deixa evidenciado o quanto é importante serem destinados recursos para a ampliação de espaços voltados à instrução profissional, pois isso representava para ele a possibilidade dos trabalhadores avançarem economicamente e melhor desempenharem sua profissão, para o qual o ensino profissional era fundamental.

Enquanto ação concreta do poder público registra-se que em 1874 o presidente Henrique Pereira e Lucena percebendo que a falta de mão-de-obra dificultava o desenvolvimento industrial da província de Pernambuco realizou acordos com pequenas indústrias para que as mesmas se encarregassem do preparo do pessoal para as suas próprias atividades, arcando com as despesas geradas por isso.

Vejamos a transcrição de um desses contratos registrado na obra de Celso Suckow da Fonseca (FONSECA, 1986c: 14-15):

O bacharel Henrique Pereira de Lucena, comendador da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Cristo, Juiz de Direito e Presidente da Província de Pernambuco:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artº 1º - Fica o Presidente da Província auctorizado a contratar com Abilio Coutinho, ou com quem melhores vantagens oferecer, a construção e exploração de uma grande fábrica de fazer papel nesta Província, empregando como matéria prima os produtos do país.

Artº 2º - Ao contratante fica concedido um privilégio exclusivo por vinte anos, para exploração de sua indústria.

Artº 3º - Fica também concedido ao contratante isenção de décima urbana pelo tempo de dez anos para o edifício da fábrica.

Artº 4º - Durante o *tempo* do privilégio o contratante será obrigado a manter à sua custa, dando-lhes educação e alimentação, dez meninos órfãos, designados pelo presidente da Província, para o fim de lhes ensinar as artes praticadas no estabelecimento o

Artº 5º - Esses meninos que serão tirados dos estabelecimentos públicos a cargo da Santa Casa de Misericórdia, farão uma aprendizagem de cinco anos, findos os quais receberão um salário equivalente ao seu trabalho e previamente fixado em uma tabela orçada pelo Presidente da Província, de acôrdo com o contratante o

Artº 6º - Os meninos que, na forma do artigo antecedente, estiverem ganhando, alimentar-se-ão à sua custa ou sofrerão em seu salário uma redução equitativa para a sua alimentação, quando dada pelo estabelecimento.

Os lugares que forem vagando por fôrça do artigo 5º serão preenchidos por outros meninos órfãos, de modo que seja sempre satisfeito o disposto no mesmo artigo.

Artº 7º - O contratante é obrigado a montar sua fábrica no prazo de dois anos, contados da data da assinatura do contrato o

Revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário da Presidência desta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio da Presidência de Pernambuco, 10 de junho de 1874, 53º da independência e do Império o

L.S.

Henrique Pereira de Lucena

Contratos semelhantes foram feitos com Manuel Bastos de Abreu e Lima, visando a instalação de uma fábrica de meias de algodão; com Valentim da Silva Barroca objetivando a construção de uma fábricas de louças finas ou de porcelanas e vidros. Enquanto ao primeiro exigia-se a contratação de 15 aprendizes, ao segundo a exigência foi de seis a dez órfãos

Outra ação concreta do poder público ocorreu em 1875, quando o mesmo Henrique Pereira e Lucena realizou uma reforma no Colégio dos Órfãos, transformando-o em uma colônia agrícola e industrial, a Colônia Orfanológica Isabel, que deveria ensinar as crianças e adolescentes o ensino moral e religioso, atividades de carpintaria, serralharia, sapataria, alfaiataria e trabalhos práticos de agricultura, além de aulas de desenho e música, que deveriam acompanhar o ensino primário. Mais tarde, em 1894, a Colônia Orfanológica seria transformada na Escola Industrial Frei Caneca.

Embora não possamos afirmar, de certa forma, a Colônia Isabel respondia aos anseios de construção de uma escola que pudesse ministrar o ensino agrícola. No entanto, como podemos ver pela clientela para qual ela direcionou-se, o Presidente não conseguiu ir além da concepção conservadora que reservava aos marginalizados socialmente a instrução profissional.

No relatório do Presidente da Província de Pernambuco, João Pedro Carvalho de Moraes, do ano de 1876, encontramos pela primeira vez a utilização do termo a instrução profissional e técnica. No entanto não é isso que mais chama atenção. O que de fato se destaca é uma posição firme de um governante em defesa da instrução profissional. Como poderemos ver mais à frente não havia de sua parte apenas a defesa da formação de quadros para o trabalho agrícola, comum em governos anteriores. Sua defesa estruturava-se a partir da insatisfação com as poucas experiências existentes.

Nesse sentido expôs não a defesa de ampliação e de maior investimento na formação profissional, mas a fez a partir da apresentação de uma proposição de como deveria se estruturar a formação profissional e quais as formações que deveriam ser desenvolvidas.

Vejam um trecho desse discurso:

[...]

Voltei, pois, á minha primeira idéa de organização do ensino profissional e tecnico sobre bases largas e voltei fortalecido na convicção de que essa questão não admite soluções parciais, mas deve ser considerada em suas diversas relações e decidida, com resolução de modo completo para que os resultados compensem os sacrificios.

Com efeito, este ramo de ensino tem suas condições determinadas pelas circunstancias em que vivem as classes da sociedade, a que é principalmente destinado como complemento da instrução primaria que lhes é facilitada, e meio de multiplicarem suas forças productoras, proporcionando-lhes conhecimentos que as aperfeiçoem no exercicio de suas diversas artes, industrias e profissões. Os operarios não são levados a procurar a instrução senão para fins de applicação

Immediata e proveitosa. É preciso, pois, oferecer-lhes um programma de estudos que comprehenda a variedade desses fins, para que o ensino seja concorrido por maior numero de indivíduos, e possa de arte produzir effeitos geraes sobre a producção da riqueza nacional promovendo a expansão das nossas industrias nascentes, assim como a creação de outras, pela exploração e melhor aproveitamento dos nossos recursos naturaes.

Para dar vigoroso impulso ao progresso da provincia, não podem os poderes publicos adoptar, a meu ver, providencia mais efficaz do que a da organisação de um ensino que, sem deixar de ser elementar, comprehenda o conjuncto dos conhecimentos que preparam as profissões industriaes e agricolas.

(Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1876:48. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/691/>).

Observamos que ao apresentar seu plano para a educação profissional ele destaca atividades que estavam por serem demandadas pela economia da província em seu processo de urbanização. Além disso, registra-se na apresentação do Presidente a posição de que a dificuldade financeira de levar tal projeto à frente (Instituto Industrial e Agrícola) não impediria sua realização, uma vez que, poderia haver uma articulação (parceria) entre o governo da Província com a Associação dos artistas Mechanicos, responsável pelo Lyceu de Artes e Ofícios e que poderia vir a tornar-se a responsável pela administração do novo estabelecimento e pela utilização das suas oficinas.

É importante se registrar o fato de que a posição do presidente é de uma formação profissional complementar à instrução primária e não estaria voltada aos setores marginalizados socialmente.

Embora essa escola não tenha se concretizado durante o século XIX, registra-se no relatório do presidente da província de 1879 a criação de uma atividade especial, no interior do Gymnasio Pernambucano, denominada “industrial e agrícola”, objetivando proporcionar os conhecimentos para aqueles que desejassem as profissões mecânicas, agrícolas e comerciais. O relatório não explicita como ocorria esse processo de formação, mas evidencia que os estudantes poderiam adquirir conhecimentos de utilidade prática (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1879b. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u652/>).

Em 1880, após vários anos de espera, foi criado o Liceu de Artes e Ofícios, mantido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, que oferecia aulas de desenho, música, pintura, marcenaria, arquitetura, aritmética e alfabetização. Por ser um

estabelecimento de formação profissional destinado a todas as pessoas da província de Pernambuco, independente da classe social que o indivíduo pertencesse, essa foi uma das diferenças entre o Liceu de Artes e Ofícios e outros estabelecimentos de ensino. Afinal, como já destacado, esses estabelecimentos eram voltados aos desvalidos da sorte, crianças ou jovens abandonados pelos pais, órfãos, ou oriundos de famílias muito pobres (FONSECA, 1986d).

Sobre uma escola para o setor comercial, embora aprovada em 1857, só veio a funcionar em 1861. Segundo o Presidente da Província, Luiz Barbalho Muniz Fiuza, não faltavam motivos que justificassem a aprovação e implementação dessa escola.

A lei provincial n. 414 de 30 de abril de 1857 autorizou o governo a crear duas cadeiras, uma de escripturação commercial por partidas dobradas e applicação de cálculo às operações commerciaes, e outra de geographia commercial e historia do commercio. O fim da lei é evidentemente habilitar os nossos môços para seguirem uma profissão tão util, e que tantas vantagens pode promover em uma capital, como esta, unico porto commercial de uma provincia tão rica e prospera em agricultura, e porto central da provincias visinhas, que não tem comunicação directa com a Europa por meio dos vapôres e nem mesmo commercio directo consideravel: sendo este o fim e sendo muito conveniente procurar quanto antes promover sua consecução, resolvi dar execução a autorisação (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, 1860: 12). Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u634/>>.

A primeira dificuldade encontrada para colocá-la em funcionamento foi a contratação de um professor de contabilidade que tivesse conhecimento teórico e prático, bem como habilidade para o ensino. Sanada essa dificuldade, foi prevista sua abertura em 1860, no entanto as dificuldades financeiras levaram a que seu início só acontecesse quatro anos após a sua aprovação.

Porém no ano de 1863, apesar do incentivo e da verba do Governo para sua criação, o curso já não apresentava boas condições, pois suas cadeiras eram frequentadas por poucos alunos, alguns dos quais perderam o ano e outros deixaram de prestar os exames de fim do ano. De acordo com o Relatório do Presidente da Província:

Em geral não é ainda sentido entre nós a instrução de certa ordem para o comércio. Os poucos que a compreendem preferem ir bebê-la em cursos mais regulares na Europa, ao passo que os mais contentam-se com o estudos das matérias que mais imediatamente são indispensáveis na pratica comum do comércio, e que lhes é fácil e mais cômodo aprenderem fora desse curso (Relatório do Presidente da Província de Pernambuco – 1863. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/678/>>).

E em 1867 já se marcava o fim do curso, pois este contava com pouquíssimos alunos e o estado de decadência deste estabelecimento reclamava medidas que o salvassem do aniquilamento que o ameaçava, porém decidiu-se pela sua supressão, considerando a pouca utilidade que vinha demonstrando.

De acordo com os dados levantados junto aos relatórios dos presidentes da província entre os anos de 1861 e 1867 a frequência anual nunca foi superior a 31 alunos. Em 1861, ano final de funcionamento, houve a frequência de apenas 7 educandos.

Os relatos evidenciam o fato de que embora a educação profissional tenha sido vista como restrita aos órfãos, houve no interior do Estado a preocupação de efetivar um processo formativo voltado para a preparação para os ofícios demandados pela província.

Não à toa que o Diretor da Instrução Pública, em 1857, ao finalizar sua defesa pelas escolas voltadas à formação de um ofício chamou a atenção ao fato de que a procura pelo diploma universitário terminava por revestir-se, para alguns indivíduos, de embaraço e desgosto, deixando transparecer que havia um desajuste entre a formação obtida e as necessidades reais da província. Nesse sentido, deveria se buscar garantir a formação profissional em áreas que efetivamente pudessem aproveitar os profissionais formados, parecendo ser a atividade agrícola, aquela mais propícia para desenvolver esse papel. De certa forma, pode se concluir que essa observação feita em 1857 tenha tido validade para quase todo o restante do século XIX.

### **Considerações finais**

Considerando os relatórios dos Presidentes da Província foi possível constatar a presença de um discurso em defesa de maior investimento em educação, bem como o interesse em construir espaços voltados ao processo de instrução profissional. No

entanto, constatamos que predominava uma visão de formação profissional como algo voltado aos setores marginalizados socialmente. Não à toa, os espaços de formação profissional terminaram por ser aqueles que abrigavam os órfãos.

No âmbito do interesse estatal pelo investimento na formação profissional, o maior destaque pode ser dado às ações de parceria que governo da província realizou com alguns empresários, os quais em troca de alguns privilégios, como o monopólio de um determinado serviço durante certo período, se responsabilizavam pelo ensino de ofícios industriais a menores do Colégio de órfãos. Os órfãos poderiam aprender, no próprio ambiente de trabalho, ofícios como os de fiandeiros, tecelões e outras atividades industriais em geral. Além do ensino dos ofícios, tais fábricas ficavam também obrigadas a lhes fornecer atendimento médico, vestimenta, alimentação e alojamento.

Não houve nenhuma ação pública direta na formação profissional, exceto os asilos de órfãos. Essas ações quando existiam ocorriam via alguma parceria com algum empresário ou alguma entidade da sociedade, como foi o caso da parceria com a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, a qual resultou na construção do Liceu de Artes e Ofícios, em 1880.

A ausência de ações específicas do poder público não pode ser confundida com a inexistência do debate e da aprovação de leis visando à construção de escolas profissionalizantes. Nesse sentido, observa-se que, embora não tenha sido colocada em funcionamento no tempo desejado e da forma pensada, houve a aprovação de uma escola industrial, bem como de uma escola agrícola.

A escola comercial funcionou, mas não conseguiu prosperar em suas atividades, vindo a ser fechada poucos anos após a sua inauguração

## Referências

EINSENBURG, Peter. 1977. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP.

FONSECA, Celso Suckow da. 1986a. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA.

FONSECA, Celso Suckow da. 1986b. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA.

FONSECA, Celso Suckow da. 1986c. *História do ensino industrial no Brasil*. V. 4. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA.

PERRUCCI, Gadiel. 1978. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1859. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u632/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1860. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u634/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO – Anexo, 1861. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u635/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1863. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/678/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DOS PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1864. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/679/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1865. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/680/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1866. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/681/>>. Acesso em: 15 set. 2009

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1871. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/686/000037.html>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1875. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/690/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1876. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/691/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, 1879. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u652/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO. Disponível em < <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/pernambuco>>. Acesso em: 15 set. 2009

SINGER, Paul. 1977. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana* (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife). 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.